



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

**Invisíveis aos olhos: aumento dos casos de feminicídio contra
indígenas em Dourados**

Keyla Karolina dos Santos

Campo Grande
Junho/2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Invisíveis aos olhos: aumento dos casos de feminicídio contra indígenas em Dourados

Keyla Karolina dos Santos

Relatório apresentado como requisito parcial
para aprovação na disciplina Projeto
Experimental II do curso de Comunicação
Social com habilitação em jornalismo da
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Orientador(a): Prof. Dr. Mário Luiz Fernandes

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário - 79070-900 - Campo Grande (MS)

(67) 3345-7607 – jorn.faalc@ufms.br – <https://jornalismo-faalc.ufms.br> – www.ufms.br



SUMÁRIO

Resumo	01
Introdução	02
1. Atividades desenvolvidas	04
1.1 Execução	05
1.2 Dificuldades encontradas	07
1.3 Objetivos alcançados	08
2. Suportes teóricos adotados	09
Considerações finais	15
Referências	16

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma jornada incrível, cheia de altos e baixos, mas também de aprendizados e conquistas. E eu não teria conseguido sem as pessoas especiais que estiveram ao meu lado o tempo todo.

Em primeiro lugar, quero agradecer à minha mãe, Neuza Bispo dos Santos, por ser meu porto seguro. Sua força e amor incondicional me inspiram todos os dias.

À minha irmã, Mayla Alexia dos Santos, obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu duvidei de mim mesma. Sua presença me deu coragem para seguir em frente.

Ao meu pai, Marcos Antônio dos Santos, sou grata pelo suporte e conselhos. Você sempre acreditou em mim e isso fez toda a diferença.

E às minhas amigas queridas: Melissa Ramos, Polyana Vera, Roberta Martins, Ana Carolina. Vocês tornaram essa caminhada mais leve com suas conversas, carinho e apoio. Aos meus amigos Helder, Felipe e Ian, valeu pelo companheirismo e ajuda.

E à minha psicóloga, Lidiane, obrigada por me ajudar a entender meus sentimentos e me fortalecer emocionalmente.

A todos vocês, meu muito obrigada. Esse trabalho é tão meu quanto de vocês!



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



RESUMO:

A grande reportagem “ Invisíveis aos olhos: o aumento de casos de feminicídio contra indígenas em Dourados” investiga casos de feminicídio indígenas na região de Dourados, Mato Grosso do Sul, analisando fatores socioculturais, históricos e institucionais que contribuem para a vulnerabilidade dessas vítimas. A pesquisa aborda a ineficácia das políticas públicas, a negligência estatal e o impacto do racismo estrutural na perpetuação da violência. Além disso, considera relatos e dados estatísticos para evidenciar o contexto de marginalização dessas mulheres, destacando a urgência de medidas eficazes para prevenir e combater esses crimes.

Palavras-chave: feminicídio; mulheres indígenas; Dourados; violência de gênero; racismo estrutural; políticas públicas.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1- INTRODUÇÃO

O feminicídio, termo definido pela Lei no 13.104/2015 (BRASIL, 2015), conhecida como Lei do Feminicídio, refere-se a crimes motivados por gênero ou pela condição de ser mulher.

Dourados, em Mato Grosso do Sul, enfrenta uma realidade alarmante: o feminicídio entre indígenas, revela não apenas violência de gênero, mas também a interseção de múltiplas formas de opressão enfrentadas por essas mulheres. Nesse sentido, a grande reportagem escrita trata dos altos números de casos registrados e expõe os motivos que acarretam essa problemática.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), desde o primeiro ano de vigência da Lei, Dourados vem registrando casos de feminicídio. Em 2015, foram dois casos; em 2016, um; em 2017, quatro; em 2018, um; em 2019, um; em 2020, três; em 2021, quatro; em 2022, três. Já em 2023, quatro mulheres foram assassinadas.

O feminicídio contra indígenas nas aldeias de Dourados é uma tragédia que transcende meras estatísticas. Este fenômeno intrincado é enraizado em uma complexa teia de desigualdades estruturais, opressão cultural e falhas sistêmicas. Ao longo dos anos, essas mulheres têm enfrentado não apenas violência física, mas também a negação de sua humanidade e dignidade. Diante disso, é necessário não apenas chamar a atenção, mas também agir de forma coordenada e urgente.

A marginalização das mulheres indígenas na sociedade brasileira tem sido uma constante ao longo da história, e as aldeias de Dourados não são exceção. A intersecção entre racismo, sexismo e desigualdade econômica cria um terreno fértil para a perpetuação da violência contra essas mulheres. A ausência de políticas específicas de proteção e a ineficácia das instituições de justiça contribuem para a impunidade dos agressores, alimentando um ciclo de violência sistêmica.

A cultura patriarcal dominante muitas vezes ignora ou minimiza a violência contra as indígenas, fortalecendo estereótipos prejudiciais e legitimando atos de violência. O controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres é frequentemente



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



utilizado como uma ferramenta de dominação e opressão, aumentando ainda mais sua vulnerabilidade. Diante desses desafios, é crucial reconhecer e confrontar as raízes culturais e estruturais do feminicídio nas aldeias de Dourados.

Apesar dos obstáculos enfrentados, as indígenas em Dourados têm demonstrado resiliência e lutado por justiça e igualdade. Suas vozes e batalhas merecem ser ouvidas e apoiadas, e é imperativo que medidas concretas sejam tomadas para garantir sua segurança e proteção. A reportagem não apenas busca documentar a realidade do feminicídio nessas comunidades, mas também visa promover a conscientização e impulsionar mudanças significativas para pôr fim a essa violência intolerável.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades realizadas para a produção da grande reportagem tiveram início em 2025. Desde o começo do curso, sempre imaginei que o meu TCC fosse com a temática esportiva, mas em 2023, quando tive meu primeiro contato com o jornalismo policial, me senti dividida sobre o tema. O momento chave foi quando em um dos meus estágios a minha supervisora pediu a foto de uma das vítimas de feminicídio para a capa da matéria. Naquele momento, fiquei incomodada e pensando “porque a mulher que teve sua vida tirada por acabar o relacionamento, recebe tamanha exposição”. Quem devia ter o rosto estampando matérias é quem cometeu o crime.

O processo de criação até a finalização da reportagem foi relativamente curto, estendendo-se de janeiro a junho de 2025. Inicialmente, minha proposta era desenvolver um livro-reportagem, mas acabei optando por produzir uma grande reportagem-escrita. Escolher o tema de feminicídio de indígenas em Dourados, veio após realizar pesquisas e ver os números de casos elevados e a brutalidade dos crimes. Também, porque até o momento, não havia nenhum TCC no curso que abordasse esse recorte específico. Existem diferentes trabalhos sobre feminicídio, mas nenhum sobre mulheres indígenas. Eu, como mulher negra, considero essencial e interessante trazer essas questões à tona.

A partir da minha perspectiva pessoal e acadêmica, acho importante dar voz a essas histórias de resistência e superação. Durante o processo de produção, realizei extensas pesquisas de artigos acadêmicos, vídeos, entrevistas e outras fontes sobre a temática. Através dessas entrevistas, pesquisas e análise crítica de dados históricos e contemporâneos, espero fornecer uma visão sensível sobre a condição das mulheres negras no país, oferecendo subsídios para a formulação de estratégias que promovam a inclusão e valorização dessas mulheres em todas as esferas da vida social.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1.1 EXECUÇÃO

Durante os meses de janeiro a março, pesquisei artigos recentes, com dados e informações que contribuíssem para o meu projeto e encontrei um grupo de mulheres do projeto Kuñangue Aty Guasu, maior encontro de mulheres Guarani e Kaiowá, criado em 2006. Através dos relatórios e mapeamento de violência que elas produzem pude dar meu pontapé inicial.

Em 31 de março, iniciei o contato com as fontes propostas no meu pré-projeto de TCC. Primeiramente, busquei jornalistas que atuam em Dourados para obter ajuda na localização de familiares das vítimas dos casos inicialmente escolhidos. No entanto, durante a pesquisa, não obtive sucesso ao tentar contatar familiares e amigos das vítimas.

A outra vítima foi Karina Ferreira Isnardi Guarani-Kaiowá, 16 anos, morta em dezembro de 2023 pelo namorado de 19 anos, o corpo da jovem foi encontrado com sinais de violência sexual e estrangulamento.

Escolhi o caso ocorrido em janeiro de 2025, envolvendo Juliana Domingues, morta a golpes de foice pelo esposo e na presença do filho. Outros casos, como o de Karina Ferreira Isnardi, que foi morta asfixiada pelo ex-namorado, não foram incluídos devido à dificuldade em encontrar fontes ou personagens para entrevista e após conversar com meu orientador decidi usar um caso recente, outros dois de repercussão nacional para exemplificar os números apresentados.

A partir disso, iniciei contato com as fontes que já conhecia, como a MC Anarandá. Busquei outras por meio das redes sociais ou no site da universidade. Kenedy, Mirna e Queila foram indicados por um ex-colega de trabalho que morou e trabalhou por anos em Dourados. Os dois antropólogos foram indicados por um professor do curso. Já a Bianca, advogada, foi encontrada a partir de uma pesquisa na antiga NUPIR; o psicólogo, por meio de uma colega que cursou Psicologia na UFMS; e o contato com o subsecretário foi feito via assessoria de imprensa.

Por se tratar de um TCC com um recorte territorial específico, a viagem de campo foi necessária e ocorreu nos dias 28 e 29 de abril. Foi minha segunda viagem



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



sozinha e a primeira vez que fui a Dourados. Realizei a entrevista com Queila Viana na aldeia, onde também produzi fotos das moradias e até mesmo da conveniência local. No dia seguinte, marquei a entrevista com Kenedy em uma cafeteria. Após as entrevistas, iniciei a decupagem com o auxílio de um bot, já que os áudios eram extensos, e, no mesmo dia, comecei a redação com base nas falas deles. Tentei agendar entrevistas com representantes da SIG e da DAM, mas não obtive resposta aos e-mails enviados.

De volta a Campo Grande, realizei três entrevistas de forma remota com MC Anarandá no dia 5 de maio, Mirna no dia 18 de maio e Walter no dia 19 de maio, já que eles não tinham disponibilidade nas datas em que estive em Dourados. Logo após cada entrevista, fiz a decupagem e a escrita das respectivas falas, aproveitando o fato de que as informações ainda estavam frescas na memória.

A entrevista com Bianca foi presencial, realizada em uma cafeteria no Shopping Campo Grande. À noite, ao chegar em casa, transcrevi o áudio com o bot e logo em seguida escrevi o parágrafo em que suas falas seriam inseridas. Em 13 de maio, fiz uma breve entrevista com o antropólogo Antônio Hilário, na própria UFMS. Ao final, ele me informou sobre uma palestra da Priscila que abordaria o mesmo tema. Ele me convidou, e compareci no dia 24. Após a palestra, decupar ambas as entrevistas e juntei-as em uma única retranscrição.

A entrevista com o subsecretário Fernando Terena estava marcada para 14 de maio, presencialmente na SEC. No entanto, devido a uma viagem de última hora para Aquidauana, não foi possível realizá-la nesse dia. Assim, a assessoria reagendou a entrevista para o dia 23 de maio, de forma online. Após a entrevista, fiz a decupagem e escrevi o penúltimo parágrafo do texto. Encerro a reportagem com um editorial contendo minha percepção sobre o tema.

Após conversar com meu orientador optei por diagramar o produto final e foi um processo terceirizado e realizado por um colega de curso.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1.2 DIFICULDADES ENCONTRADAS

A primeira dificuldade encontrada foi o fato de se tratar de um tema delicado. A ideia inicial, apresentada no meu pré-projeto, era entrevistar fontes próximas às vítimas. No entanto, isso se mostrou inviável. Por isso, acabei utilizando os casos apenas como exemplos. Acredito que a escassez de colegas jornalistas em Dourados também contribuiu para essa limitação.

Na busca por fontes institucionais, como SEJUSP, SIG, DAM e Polícia Civil, houve uma grande dificuldade: os órgãos acabavam jogando a responsabilidade uns para os outros e, no fim, ninguém respondia aos e-mails. A falta de retorno da Prefeitura de Dourados também demonstrou um certo descaso com a temática. Solicitei apenas uma nota sobre a construção da Casa da Mulher, mas não obtive resposta.

Realizei todas as entrevistas sozinha, o que foi um desafio. Ter alguém para ajudar nesse processo teria facilitado muito, mas, apesar disso, no final, deu tudo certo.

No âmbito pessoal, minha ansiedade aumentou bastante durante todo o processo, a ponto de me causar insônia, por medo de não conseguir entregar no prazo estipulado. Felizmente, a terapia e o apoio da minha família foram fundamentais para que eu conseguisse superar esse momento.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



1.3 OBJETIVOS ALCANÇADOS

A produção da reportagem *"Invisíveis aos Olhos: feminicídio contra indígenas em Dourados"* permitiu alcançar os principais objetivos propostos no projeto de TCC, especialmente o de dar visibilidade a uma realidade historicamente negligenciada pelo poder público e pela mídia. Através de uma apuração sensível e comprometida com os direitos humanos, o trabalho conseguiu retratar os impactos do feminicídio nas comunidades indígenas, apresentando dados, relatos e contextos que humanizam as estatísticas.

Outro objetivo importante foi a prática do jornalismo socialmente engajado e ético, respeitando os contextos culturais, linguísticos e históricos das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. Mesmo diante de dificuldades como o silêncio institucional e a falta de retorno de algumas fontes oficiais, foi possível construir uma narrativa consistente, embasada em entrevistas com lideranças indígenas, profissionais da saúde, acadêmicos e vítimas indiretas da violência.

Além disso, o trabalho cumpriu o papel de refletir criticamente sobre as limitações do Estado brasileiro no atendimento às mulheres indígenas, trazendo à tona a importância de políticas públicas específicas e de ações concretas, como a Casa da Mulher Indígena e a presença de intérpretes nos serviços de atendimento. A reportagem também destacou iniciativas de resistência cultural, como o trabalho de Mc Anarandá, e de apoio emocional, como a atuação do psicólogo indígena nas aldeias.

Do ponto de vista acadêmico, o TCC foi uma oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da graduação, consolidando habilidades de pesquisa, redação jornalística, entrevista e checagem de informações. No aspecto pessoal, foi um processo desafiador e transformador, que exigiu resiliência diante da ansiedade, coragem para lidar com temas difíceis e amadurecimento profissional.



2. SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS

Lei do Feminicídio

A Lei do Feminicídio, estabelecida no mundo jurídico, foi promulgada no Brasil em 9 de março de 2015, pela então presidente Dilma Rousseff. Através da Lei nº 13.104/2015. Houve uma modificação no artigo 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940), onde o feminicídio foi incluído como uma circunstância qualificadora do crime de homicídio. Além disso, a mesma lei alterou o artigo 1º da Lei nº 8.072/1990, adicionando o feminicídio à lista de crimes hediondos.

O legislador penal, ao definir o crime de homicídio, na sua forma qualificada, apresentou peculiaridades que recomendam maior reprovação, razão de cominar pena diversa da figura simples. O código considerou os motivos determinantes (torpe, fútil) e os meios e modos de execução (cruel, tortura, tocaia, que cause perigo comum) como formas que representam maior periculosidade do agente, justificando a exasperação da pena. [...] As qualificadoras são circunstâncias que o legislador entendeu por bem tipificar fora da figura básica do tipo penal incriminador, já que extrapolam as circunstâncias normais previstas para o crime comum, como por exemplo, matar desferindo um disparo de arma de fogo (Silva *apud* Hungria, 2014, p. 84).

A hierarquia de gênero e a crença na superioridade masculina representam um perigo significativo para a sociedade. Em todos os estratos sociais, as mulheres enfrentam diariamente violência, abuso e maus-tratos por parte de seus parceiros, pais, irmãos ou qualquer homem que as veja como inferiores. Homens que se consideram poderosos e dominantes frequentemente perseguem suas vítimas, priorizando a satisfação de seus desejos sem considerar o bem-estar do outro.

O caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher pode ser caracterizado pelo estupro. Contrariando a vontade da mulher, o homem mantém com ela relações sexuais, provando, assim, sua capacidade de submeter a outra parte, ou seja,



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



aquela que, segundo a ideologia dominante, não tem direito de desejar, não tem direito de escolha (Saffioti, 2001 p. 18).

A citação destacada ressalta como narrativas religiosas têm contribuído para a percepção da mulher como vulnerável e subserviente. Ao ser associada à figura da Eva tentada pela serpente e punida por Deus, a mulher é frequentemente estigmatizada como frágil e destinada ao sofrimento. Essa narrativa, transmitida ao longo das gerações, moldou as relações de poder entre os sexos, transformando-as em arenas de disputa pelo controle e reforçando estereótipos de gênero que perpetuam desigualdades sociais e afetivas.

Essa circunstância fez com que a sociedade visse a mulher como uma pessoa fraca, ludibriada por uma serpente e ainda castigada por Deus a sentir a dor do parto, texto esse que é repassado de geração em geração, sendo um dos responsáveis por santificar as relações de poder e dividir os papéis sexuais, transformando as relações afetivas entre homem e mulher em disputa pelo poder (Silva, 2011).

O reconhecimento dos assassinatos de mulheres por motivos de gênero é resultado do ativismo dos movimentos feministas, que advogaram por políticas públicas direcionadas à identificação da violência de gênero como um problema social específico. Isso envolve a classificação do feminicídio como um crime distinto, com circunstâncias agravantes em comparação aos homicídios comuns, permitindo que o sistema judicial reconheça as motivações de gênero por trás dessas mortes violentas.

Questão Regional

A questão regional de Dourados desempenha um papel significativo nos casos de feminicídio contra indígenas. Como um dos maiores municípios do estado de Mato Grosso do Sul e uma região com alta concentração de comunidades indígenas, Dourados enfrenta desafios específicos que contribuem para a vulnerabilidade dessas mulheres. A falta de infraestrutura adequada, como a ausência de Delegacias de Atendimento à Mulher (DAM) dentro das Reservas Indígenas, dificulta o acesso das vítimas à assistência e proteção. Além disso, a distância física entre as aldeias e os



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



serviços de segurança e justiça em Dourados pode desencorajar as mulheres indígenas de buscar ajuda e denunciar casos de violência.

Além disso, a disputa territorial entre indígenas e fazendeiros na região agrava a vulnerabilidade das mulheres indígenas. O conflito pela posse da terra muitas vezes resulta em violência e instabilidade, criando um ambiente propício para a perpetuação do feminicídio. A insegurança jurídica das terras ocupadas pelas comunidades indígenas, juntamente com a falta de efetividade na demarcação e proteção desses territórios, contribui para um cenário de impunidade para os agressores e para a perpetuação da violência contra as mulheres indígenas em Dourados.

O município de Dourados, o segundo maior do estado, com uma população estimada em 225.495 pessoas em 2020, segundo o IBGE, destaca-se com 61,2% dos casos, totalizando 19 mulheres indígenas assassinadas.

Em Mato Grosso do Sul, dos 61.737 indígenas, cerca de 12,7 mil vivem fora de áreas demarcadas, em situação vulnerável de conflito territorial, especialmente em áreas rurais. Dentre os 41.500 Guarani e Kaiowá do estado, aproximadamente 15 mil lutam pela recuperação de suas terras tradicionais. Conforme apontado por Veron (2011), esse conflito territorial agrava a violência contra as mulheres indígenas, algumas das quais residem em acampamentos próximos a rodovias, enfrentando constantes ameaças e vivendo em condições precárias.

A maioria dessas mulheres vive em barracos de lona ou madeira compensada, em terras disputadas, sujeitas à constante ameaça de reintegração de posse. A intensificação da violência no campo, juntamente com a paralisação dos estudos para demarcação de territórios, a insegurança jurídica das terras indígenas ocupadas e a vulnerabilidade resultante desses fatores, criam obstáculos significativos para a aplicação eficaz da Lei Maria da Penha no combate à violência contra as mulheres indígenas.

Em 2024, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, anunciou em Campo Grande que Dourados receberá a construção da Casa da Mulher Brasileira. Fruto da parceria



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



entre os ministérios das Mulheres e da Justiça e Segurança Pública, esse equipamento contará com um investimento de R\$5 milhões para custeio por dois anos, fornecidos pelo Ministério das Mulheres, e será o primeiro do país a oferecer atendimento especializado para mulheres indígenas.

Abordar a realidade da violência contra mulheres indígenas nos conduz à reflexão profunda sobre as condições de vida da população indígena em nosso Estado. De acordo com o Relatório Estatístico do Poder Judiciário sobre Feminicídio, baseado em dados de 2019, 14% dos casos registrados desse tipo de crime envolveram vítimas ou agressores indígenas.

É alarmante considerar que a população indígena representa apenas 3% da população sul-mato-grossense, conforme dados do IBGE. Essas estatísticas destacam a urgência de compreender e abordar as complexas questões sociais e estruturais que contribuem para a vulnerabilidade e o sofrimento enfrentados por mulheres indígenas em nossa sociedade.

A análise das narrativas das vítimas nos conduz ao contexto do jornalismo humanizado, uma abordagem que coloca a empatia no centro da produção de notícias, destacando a valorização da dignidade humana. Jorge Ijuim e Studs Terkel são defensores dessa perspectiva, enfatizando a importância de um jornalismo que reconheça a humanidade em suas reportagens.

Ijuim (2012) caracteriza o jornalismo como uma expressão inerentemente humana, enfatizando sua base na comunicação, uma atividade fundamentalmente humana.

Ele advoga pela humanização das vítimas, criticando o jornalismo que as degrada, e destaca a necessidade de abordar as notícias com sensibilidade e respeito pelas histórias individuais. Essa abordagem, argumenta ele, contrasta com o jornalismo distante, estimulando uma resposta empática nos leitores que pode resultar em mudanças sociais efetivas.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Para ilustrar suas teses, Ijuim (2012) recorre a exemplos de reportagens permeadas por estereótipos e preconceitos, particularmente em relação a grupos marginalizados, como povos indígenas, professores da rede pública e mulheres envolvidas na prostituição por razões econômicas. Ele sugere que esses estereótipos são perpetuados na mídia devido a preconceitos enraizados na sociedade.

Por isso mesmo, não é difícil encontrar equipes reportagem que, ou se apegam à primeira impressão diante do que “observam”, e fazem pré-julgamentos, censuram, julgam e condenam; ou se apegam cegamente a dados e informações de fontes oficiais, de “autoridades” científicas, e também julgam e condenam. Assim, a cultura, a história, o não dito, o não revelado no imediato, são desprezados (Ijuim, 2012, p. 131).

Produto

A grande reportagem escrita intitulada "Invisíveis aos olhos: aumento dos casos de feminicídio contra indígenas em Dourados" proporcionará uma análise aprofundada dos motivos por trás da recorrência desses casos na região.

Ao investigar de forma minuciosa os fatores subjacentes a essa triste realidade, o objetivo é lançar luz sobre questões muitas vezes negligenciadas e promover uma reflexão mais ampla sobre as medidas necessárias para combater essa violência.

Com um foco específico nas mulheres de etnia indígena, a reportagem se concentrará nos casos de feminicídio ocorridos na aldeia Bororó, situada em Dourados.

Explorar essas histórias individuais dentro de um contexto mais amplo permite uma compreensão mais completa dos desafios enfrentados por essas mulheres e suas comunidades, além de destacar a importância de abordagens sensíveis e culturalmente relevantes no enfrentamento dessa questão.

A reportagem é considerada por Muniz Sodré um dos gêneros mais importantes dentro do jornalismo, especialmente por sua capacidade de aprofundar e contextualizar os fatos. Para o autor, a reportagem é definida como “o lugar por



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



excelência da narração jornalística”, diferenciando-se da notícia por seu caráter mais interpretativo e pelo compromisso não apenas com a informação, mas também com a formação crítica do leitor. Enquanto a notícia seria uma fotografia instantânea da realidade, a reportagem funciona como *“um pequeno filme”*, oferecendo um olhar mais completo e reflexivo sobre o acontecimento (SODRÉ; FERRARI, 2002).

Muniz Sodré também destaca que a reportagem é um gênero que permite ao jornalista transcender a simples exposição dos fatos. Ela *“não é apenas noticiar um fato importante, mas contextualizar e fazer com que o leitor tenha um posicionamento crítico sobre o assunto”*. Esse aprofundamento ocorre a partir da seleção criteriosa de fontes, da apresentação de diferentes pontos de vista e da construção de uma narrativa que vá além do imediato, estabelecendo conexões entre o fato abordado e a realidade social, política e cultural.

Além disso, a estrutura da reportagem, segundo Sodré, envolve diferentes fases: anunciar, enunciar, pronunciar e denunciar. Essa característica revela seu caráter híbrido, transitando entre a informação objetiva e o compromisso ético com a sociedade. A reportagem, portanto, não apenas relata um acontecimento, mas também busca provocar reflexão e engajamento, funcionando como uma ferramenta essencial na promoção do pensamento crítico e da cidadania



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da grande reportagem *“Invisíveis aos Olhos: O aumento de casos de feminicídio contra indígenas em Dourados”* teve como principal objetivo dar visibilidade ao feminicídio de mulheres indígenas em Dourados, uma realidade marcada pelo silêncio, pela negligência do Estado e pelo racismo estrutural. Através de uma apuração ética e comprometida com os direitos humanos, o trabalho buscou ouvir vozes que, historicamente, foram silenciadas mães, filhas, lideranças e profissionais que convivem diariamente com as múltiplas formas de violência nas aldeias Guarani, Kaiowá e Terena.

Ao longo do processo, foi possível constatar que o feminicídio nas comunidades indígenas não pode ser compreendido de forma isolada ou apenas sob a ótica penal. Ele está profundamente ligado a fatores históricos, culturais, territoriais e sociais que impactam diretamente a vida dessas mulheres. A falta de políticas públicas específicas, a barreira linguística, a ausência do Estado e o machismo reproduzido dentro e fora das aldeias compõem um cenário de extrema vulnerabilidade.

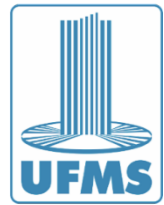
Apesar das dificuldades enfrentadas durante a produção, como a falta de retorno de instituições oficiais e o desafio de realizar entrevistas sozinha, o trabalho conseguiu reunir diferentes perspectivas e evidenciar a complexidade da temática. As contribuições de especialistas, lideranças indígenas e vítimas indiretas permitiram aprofundar a discussão e propor uma reflexão sobre a urgência de ações efetivas e adaptadas à realidade dos povos originários.

Mais do que uma reportagem, este TCC representa um compromisso com o jornalismo socialmente responsável, que reconhece as especificidades culturais e luta para que nenhuma voz seja ignorada. Que este trabalho possa contribuir para ampliar o debate sobre a violência contra mulheres indígenas e servir como instrumento de conscientização, denúncia e resistência. Afinal, como mostram as protagonistas desta história, mesmo diante da dor, há força, luta e caminhos de reconstrução.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



5. REFERÊNCIAS

BRASIL. *Código Penal*. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

BRASIL. *Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990*. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do § 4º do art. 5º da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 jul. 1990.

BRASIL. *Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015*. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. 5. ed. atual. por Damásio de Jesus. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

IJUIM, Jorge. *Jornalismo e sensibilidade social: narrativas do humano nas periferias*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Demográfico 2020*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVA, Josiane Aparecida da. *A construção da identidade feminina: entre o divino e o humano*. São Paulo: Paulus, 2011.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. *Técnicas de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística*. 9. ed. São Paulo: Vozes, 2002.

VERON, Tonico Benites. *Relatório de violência contra indígenas no Mato Grosso do Sul*. Dourados: Aty Guasu, 2011.